

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.495 - SE (2020/0016178-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : JUIZO FEDERAL DA 9ª VARA DE PROPRIÁ - SJ/SE
SUSCITADO : JUIZO DE DIREITO DE ILHA DAS FLORES - SE
INTERES. : RITA DE CACIA DOS SANTOS
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ ARAGÃO PEREIRA CRAVO - SE011856
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA DE PROPRIÁ (SJ/SE) em face do JUÍZO DE DIREITO DE ILHA DAS FLORES (SE).

Depreende-se dos autos que a ora interessada foi denunciada como incurso no art. 171, § 3º, do Código Penal (estelionato), tendo o Juízo suscitante expedido carta precatória ao Juízo de Direito da Vara de Ilha das Flores (SE) para que fossem intimadas da audiência de instrução e julgamento a ré e as testemunhas de defesa, uma vez que a comarca onde residiam não era sede de Vara Federal.

O Juízo suscitado, no entanto, declarou-se incompetente para o cumprimento da carta precatória ao argumento de que, "*a despeito da distância entre Ilha das Flores e Propriá, sede da subseção judiciária federal deprecante, superar 40 (quarenta) quilômetros, esta urbe integra zona de jurisdição da 9ª Vara Federal, e não há razão que impeça o cumprimento da diligência por serventuário integrante dos quadros do Juízo Deprecante*" (e-STJ fl. 11).

Na sequência, foi instaurado o presente incidente.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito para se declarar competente o Juízo suscitado em parecer assim ementado, por seu *caput* (e-STJ fl. 33):

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS. INTIMAÇÃO. CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA POR JUÍZO FEDERAL. MUNICÍPIO QUE NÃO É SEDE DE VARA FEDERAL, MAS ESTÁ SOB JURISDIÇÃO DO JUÍZO DEPRECANTE. COOPERAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

De acordo como o art. 267 do Código de Processo Civil, aplicado ao processo penal por força do disposto no art. 3º do Código de Processo Penal, a recusa ao cumprimento de carta precatória somente pode se dar quando: i) a carta não estiver revestida dos requisitos legais; ii) faltar ao juiz competência em razão da matéria ou da hierarquia, e iii) o juiz tiver dúvida acerca de sua autenticidade.

Não obstante, como visto, o fundamento invocado pelo Juízo suscitado para a recusa ao cumprimento da carta precatória foi diverso.

Nesse cenário, impende reconhecer a competência do Juízo suscitado para que dê cumprimento à carta precatória, uma vez que não foi declinado motivo legal e adequado para a sua recusa.

No mesmo sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CARTA PRECATÓRIA. INTERROGATÓRIO. VIDEOCONFERÊNCIA DETERMINADA PELO JUÍZO DEPRECADO. IMPOSSIBILIDADE. FACULDADE DO JUÍZO DEPRECANTE. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.

1. A oitiva por videoconferência - não obstante seja medida que visa agilizar a prestação jurisdicional, recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal - é faculdade conferida ao Juízo da causa, não podendo o Juízo deprecado determinar modalidade de oitiva diversa daquela que lhe foi deprecada.

2. As hipóteses de recusa no cumprimento da carta precatória estão elencadas no art. 267 do Código de Processo Civil, aplicado supletivamente ao Processo Penal, nenhuma delas correspondendo ao caso dos autos.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará, o Suscitante. (CC 145.457/PA, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/09/2017, DJe 16/10/2017.)

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA QUE RESIDE FORA DA JURISDIÇÃO DO MAGISTRADO COMPETENTE. CARTA PRECATÓRIA. RECUSA NÃO FUNDADA NAS HIPÓTESES DO

ATUAL ART. 267 DO CPC. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. As hipóteses de recusa de cumprimento de carta precatória constituem rol taxativo e tinham previsão no então art. 209 do Código de Processo Civil, correspondente ao atual art. 267 do novo diploma legal, isto é, ao juízo deprecado somente é permitido devolver carta precatória quando não estiver revestida dos requisitos legais, quando carecer de competência em razão da matéria ou da hierarquia ou, ainda, quando tiver dúvida acerca de sua autenticidade, não estando, no caso em exame, a recusa do Juízo suscitado respaldada por nenhuma das hipóteses legais.

2. "Conquanto recomendável seja realizada por videoconferência, não compete ao Juízo deprecado determinar forma de audiência diversa daquela delegada, recusando-se assim ao cumprimento da deprecata" (CC 135.834/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 31/10/2014).

3. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, o suscitado. (CC 148.747/PE, relator Ministro RIBEIRO DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/11/2016, DJe 30/11/2016.)

Citam-se, ainda, as decisões monocráticas proferidas nos seguintes processos: CC n. 170.647/SE, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 19/3/2020, e CC n. 170.857/SE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 13/3/2020.

Ante o exposto, **conheço do conflito e dou por competente o Juízo suscitado.**

Publique-se. Comunique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator